

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>
<b>2</b>	<b>A LICITAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO</b>
2.1	CONCEITO DE LICITAÇÃO
2.2	HISTÓRICO
2.3	A LICITAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A LEI Nº 8.666/93
2.4	DIPLOMAS NORMATIVOS POSTERIORES: UMA NOVA VISÃO SOBRE O PROCESSO LICITATÓRIO
2.4.1	<b>A Lei nº 8.666 e a burocratização excessiva</b>
2.4.2	<b>Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995</b>
2.4.3	<b>Lei nº 9.472 de 16 de julho de 1997</b>
2.4.4	<b>Decreto nº 2.745 de 24 de agosto de 1998</b>
2.4.5	<b>Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002</b>
2.4.6	<b>Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004</b>
<b>3</b>	<b>O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS</b>
3.1	INTRODUÇÃO
3.2	PREVISÕES COMUNS À LEI Nº 8.666/93
3.3	SEMELHANÇAS COM OUTRAS MODALIDADES DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES
3.3.1	<b>Inversão de fases</b>
3.3.2	<b>Edital eletrônico</b>
3.3.3	<b>Prazos</b>
3.3.4	<b>Princípio da economicidade</b>
3.3.5	<b>Princípio do desenvolvimento nacional sustentável</b>
3.3.5.1	<i>Sustentabilidade econômica</i>
3.3.5.2	<i>Sustentabilidade social</i>
3.3.5.3	<i>Sustentabilidade ambiental</i>
3.3.6	<b>Retificação do edital</b>
3.3.7	<b>Marcas e modelos</b>
3.3.8	<b>Aditivos</b>
3.3.9	<b>Fracionamento do objeto</b>
3.3.10	<b>Licitação aberta e licitação fechada</b>
3.3.11	<b>Lances intermediários</b>
3.3.12	<b>Critérios de julgamento</b>
3.3.12.1	<i>Menor preço ou maior desconto</i>
3.3.12.2	<i>Técnica e preço</i>
3.3.12.3	<i>Melhor técnica ou melhor conteúdo artístico</i>
3.3.12.3.1	Comissão especial
3.3.12.4	<i>Maior oferta de preço</i>
3.3.12.5	<i>Maior retorno econômico</i>
3.4	RECURSOS AO PROCESSO LICITATÓRIO SOB RDC
<b>4</b>	<b>ASPECTOS POLÊMICOS DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS</b>
4.1	ORÇAMENTO SIGILOSO E O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE
4.2	CONTRATAÇÃO INTEGRADA
4.2.1	<b>A contratação integrada e a empreitada integral</b>
4.2.2	<b>O anteprojeto de engenharia</b>

4.2.3	O projeto básico
4.2.4	O projeto executivo
4.2.5	Remuneração variável
4.2.6	A contratação integrada e a isonomia entre os concorrentes
4.2.7	A contratação integrada e a ampla competitividade
4.2.8	Riscos para o contratado
4.3	POSSÍVEIS INCONSTITUCIONALIDADES (ADI 4655)
4.3.1	O processo legislativo
4.3.2	Hipóteses de incidência
4.3.3	Pré-qualificação permanente
5	PERSPECTIVAS PARA AS LICITAÇÕES E CONTRATOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O PROJETO DE LEI Nº 559/2013
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS